

**O SILÊNCIO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA
CONTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE DE PERSPECTIVAS DOS
ESTUDANTES DA EJA ATRAVÉS DO ENSINO DE HISTÓRIA**

***SILENCE IN WORK RELATIONSHIPS IN CONTEMPORANEITY:
AN ANALYSIS OF PERSPECTIVES OF EJA STUDENTS THROUGH
HISTORY TEACHING***

***RELACIONES DE SILENCIO EN EL TRABAJO EN CONTEMPORANEIDAD:
UN ANÁLISIS DE PERSPECTIVAS DE ESTUDIANTES DE EJA A TRAVÉS
DE LA ENSEÑANZA DE HISTORIA***

Andréia Priscila Machado Honorato
andreiapriscilamonte@gmail.com

Especialização em Rio Grande do Sul: sociedade, política & cultura – UFRG
Professora da Educação Básica - RS

Rita de Cássia Grecco dos Santos
ritagrecco@yahoo.com.br

Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande
Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

RESUMO

O presente artigo é resultante de parte da dissertação de mestrado homônima ao título do artigo, defendida no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande. Trata-se de um estudo produzido a partir das narrativas escritas pelos estudantes da 7ª série da Educação de Jovens e Adultos – EJA, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Assis Brasil, localizada no Bairro Santa Rosa, na Zona Oeste da cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, durante as aulas de História. Este estudo teve por objetivo apreender as concepções que os estudantes forjaram ao longo de suas trajetórias e das aulas de História acerca da categoria trabalho na contemporaneidade, alicerçados na sua experiência de vida, a partir de uma perspectiva histórica. Constatamos que é fundamental o respeito ao protagonismo e a autonomia dos estudantes enquanto leitores e produtores de história.

Palavras-chave: Ensino de História; Narrativas; Educação de Jovens e Adultos; Prática de Ensino; Formação de Professores.

ABSTRACT

This article is the result of part of the master's thesis with the title of the article, defended in the Graduate Program in History (PPGH) of the Universidade Federal do Rio Grande. This is a study produced from the narratives written by students of the 7th grade of Youth and Adult Education - EJA, from the Escola Municipal de Ensino Fundamental Assis Brasil, located in the Santa Rosa District, in the West Zone of the city of Rio Grande, in Rio Grande do Sul, during History classes. This study aimed to apprehend the conceptions that students forged throughout their trajectories and History classes about the category of contemporary work, based on their life experience, from a historical perspective. We note that it is fundamental to respect the protagonism and autonomy of students as readers and producers of history.

Keywords: History Teaching; Narratives; Youth and Adult Education; Teaching Practice; Teacher training.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de parte de la tesis de maestría con el título del artículo, defendida en el Programa de Posgrado en Historia (PPGH) de la Universidade Federal do Rio Grande. Se trata de un estudio producido a partir de las narrativas escritas por estudiantes del 7° grado de Educación de Jóvenes y Adultos - EJA, de la Escola Municipal de Ensino Fundamental Assis Brasil, ubicada en el Distrito de Santa Rosa, en la Zona Oeste de la ciudad de Rio Grande, en Rio Grande do Sul, durante las clases de Historia. Este estudio tuvo como objetivo aprehender las concepciones que los estudiantes forjaron a lo largo de sus trayectorias y clases de Historia sobre la categoría de obra contemporánea, a partir de su experiencia de vida, desde una perspectiva histórica. Observamos que es fundamental respetar el protagonismo y la autonomía de los estudiantes como lectores y productores de historia.

Palabras clave: Enseñanza de historia; Narrativas; Educación de jóvenes y adultos; Práctica docente; Formación de profesores.

INTRODUÇÃO

O texto a seguir refere-se ao trabalho que foi realizado numa instituição da Rede Municipal de Ensino, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Assis Brasil, localizada na região periférica da cidade do Rio Grande (Zona Oeste), no estado do Rio Grande do Sul. Tal escola é reconhecida por inúmeras mazelas sociais que vão desde a baixa renda das famílias, até mesmo a dificuldade de acesso a informações básicas naquilo que tange à participação em um debate mais amplo de temas sociais e culturais que permeiam a contemporaneidade.

A escola possui aproximadamente 700 estudantes entre Ensino Fundamental e EJA (Educação de Jovens e Adultos) e um corpo docente de 40 professores. A modalidade EJA foi implantada em 2014 e surge diante da necessidade da comunidade escolar de um horário noturno para que os estudantes, principalmente os que trabalham, possam concluir o Ensino Fundamental.

Acreditamos que uma aula de História na EJA (Educação de Jovens e Adultos) só faz sentido quando o estudante consegue agregar tal saber a sua vida, posto que, cabe ao professor muitas vezes mediar e problematizar tais questões e conceitos a fim de possibilitar um debate significativo. Os estudantes, assim como grande parcela da sociedade, vinculam a História somente ao passado, tornando-a muitas vezes uma disciplina fadada a “decoreba” desse passado que, muitas vezes, não tem significância alguma para quem estuda. É importante ressaltar que, História e passado são conceitos diferentes.

A pesquisa foi realizada com os estudantes da 7ª série do Ensino Fundamental (EJA) a partir da temática da Revolução Industrial Inglesa, onde as questões que permeiam o trabalho naquele período foram bastante discutidas e o cenário propiciou a seguinte pergunta: Quais as principais percepções dos estudantes da EJA entre possíveis aproximações e

distanciamentos acerca das categorias (condições de trabalho e remuneração)?

Compactuamos com a concepção de que o fazer pedagógico precisa favorecer a emancipação das minorias. Nesse sentido, a escola pode ser um local possível para que isso aconteça, onde realmente se articulem trocas/partilhas de saberes e não meras reproduções isoladas, pensando que a educação precisa elucidar e instigar as pessoas, para que possamos traçar um projeto de sociedade menos discriminatória e excludente. Portanto, esse estudo de caso visa contribuir de forma acadêmica para a pesquisa alicerçada na prática de sala de aula com problemáticas cotidianas dentro e fora dela.

Quando uma Aula se transforma em um Projeto de Pesquisa

Falar sobre Ensino de História é algo extremamente desafiador, pois o papel do professor está cada dia mais complexo diante das circunstâncias da nossa sociedade. Segundo Keith (2011, p. 23), a história na teoria constitui uma série de discursos a respeito do mundo, embora esses discursos não criem o mundo, os mesmos se apropriam do mundo e lhe dão todo significado.

Quando trabalhamos com conteúdo curricular no âmbito do ensino público básico, torna-se necessário relacionar o mesmo com a realidade, a fim de despertar não só o interesse dos discentes, mas também produzir um real significado para o universo da sala de aula. Talvez um dos maiores desafios em exercer a docência no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, aqui no caso Ensino Fundamental séries finais da EJA, disciplina de História, seja esse: tornar o Ensino de História inteligível, ou seja, que o estudante consiga experienciar o conhecimento como algo acessível e possível.

Não podemos negar a importância da criticidade no ambiente escolar, ao contrário, devemos instigar à investigação, principalmente pelos estudantes para que possamos avançar para além dos muros da escola. No entanto, muitas vezes não temos tempo hábil na escola para desenvolver tantas

habilidades, e também precisamos considerar a existência de fatores externos que influenciam a vida escolar dos estudantes.

Durante muito tempo, e ainda nos dias de hoje, alguns discursos produzidos nas universidades, principalmente nos cursos de licenciatura, parecem não dialogar com o cotidiano da escola e o mais assombroso, parece desconsiderar ou até mesmo desqualificar esse lugar enquanto espaço de criação de saberes, quando em realidade a mesma pode influenciar o saber dito erudito.

O professor de História, consciente ou inconscientemente, acaba dentro de sala de aula favorecendo a produção de outro ponto de vista acerca de um tema. No entanto, muitas vezes, o historiador acadêmico que já está legitimado nesse processo de escrita da História, acaba sendo reconhecido enquanto pesquisador. A propósito cabe destacar aqui a crítica de Cardoso, de que:

O conceito de cultura escolar de André Chervel tangencia esse debate sobre o 'conhecimento histórico escolar' porque define as disciplinas como criações originais do sistema escolar. Na perspectiva da cultura escolar, não faz sentido discutir se professores e alunos têm o direito de 'produzir conhecimento' ou se isso é melhor do que 'reproduzir conhecimento'. Ao dissociar a 'História dos historiadores' da História escolar, Chervel elimina o problema central desse debate. Não está mais em questão se queremos que alunos e professores participem do processo de criação das disciplinas escolares; sua história nos demonstra que eles já fazem isso. Mesmo que os professores não tenham consciência dessa ação criadora e se declarem meros reprodutores da 'História dos historiadores', não é isso que eles são (2008, p. 157).

Essa tarefa não é nada fácil diante de um longo processo de sucateamento do sistema escolar. O ser professor demanda um enorme desgaste devido a constante precarização das condições de ensino. No entanto, através de experiências pedagógicas reais na escola pública, podemos pensar na possibilidade de trabalhar com projetos. Através deles podemos discutir as problemáticas sociais, onde haja possibilidade de

potencializar e fomentar a construção de saberes coletivos, onde haja a interação entre alunos e professores.

Com isso em mente, o historiador, e notadamente o professor de História, precisa ter sensibilidade para trabalhar com essas especificidades, além de entendimento do seu papel e alcance do seu trabalho, num contexto comunitário como esse. Como tratar temas que parecem não estar presentes de forma explícita? Como pensar estratégias que desenvolvam o pertencimento ao lugar? Esses, talvez, sejam os grandes desafios enquanto professores da rede pública que atuam num contexto de periferia urbana.

A escrita de Fonseca (2009, p. 144), aborda tais aspectos, colocando o aluno como um ser social completo atuando em vários lugares na sociedade, posto que:

O aluno é um ser social completo, não é uma tabula rasa. Ele não apenas estuda e aprende, mas faz história, participa da história, possui concepções, informações sobre os fatos históricos. Tem vida própria fora da escola, participa de outras organizações além da escolar, com as quais convive e aprende, ou seja, possui conhecimentos múltiplos, e esse saber já constituído deve ser o início do caminho a percorrer (*op. cit.*, p. 144).

Pensando nisso, acreditamos na necessidade não só de problematizar, mas também valorizar a escrita desses estudantes através de um conteúdo de História que também atenda uma necessidade dessa comunidade. Os alunos da 7ª série da EJA, em uma aula de História que tratava sobre Revolução Industrial, mais especificamente as condições do trabalho feminino nesse período, juntamente com a professora, passaram a fazer relações dessa problemática com os dias atuais.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Será possível, a partir de uma aula de História estruturar uma pesquisa? Quais caminhos percorrer para que isso aconteça? Qual a relevância desse estudo para a pesquisa nesse Programa?

São inúmeros questionamentos que fazem com que a prática docente seja repensada a cada dia, o conteúdo passa a ter vida, a escola passa a fazer

sentido na vida desses indivíduos que durante muito tempo foram silenciados por modelos tradicionais de educação.

Assim, a sala de aula passa a ser entendida e vista como um espaço de discussão passível, inclusive, de erros. Devemos encorajar a expressão de ideias por parte dos estudantes, para que os mesmos possam defender seus posicionamentos sem temer a punição em virtude do “erro”, não como uma maneira de coerção do aluno, mas como um caminho que possibilite a compreensão. Essa questão é tratada por Gago no seguinte excerto:

O processo de ensino aprendizagem deve iniciar-se com base no que os estudantes pensam e sabem. Propõe-se que o professor e o estudante compreendam o que é para ser ensinado e que desenvolvimento de pensamento é desejável. Neste sentido, a sala de aula defende-se a promoção de frequentes oportunidades para os estudantes pensarem acerca da realidade em estudo, que sirvam como um guia visível para o estudante e para o professor da progressão de pensamento operada, encorajando uma cultura de questionamento sobre a História, respeito e predisposição de “arriscar” na sala de aula (2009, p. 178).

O ser professor hoje exige constante leitura do meio em que ele atua, pois o mesmo acaba sendo um agente de transformação. A sala de aula é um laboratório constante de ensino-aprendizagem e também um ambiente propício para o debate e a construção de cidadania desses sujeitos históricos. Parafraseando Bezerra, podemos confirmar tais afirmações:

O conjunto de informações que informam o conhecimento histórico e suas relações com o ensino vivenciado na escola levam ao aprimoramento de atitudes e valores imprescindíveis para o exercício pleno da cidadania, como exercício do conhecimento autônomo e crítico; valorização de si mesmo como sujeito responsável da História; respeito às diferenças culturais, étnicas, religiosas, políticas, evitando qualquer tipo de discriminação; busca de soluções possíveis para os problemas detectados em sua comunidade, de forma individual e coletiva (2016, p. 47).

Tencionar o currículo, pensar ele em outros moldes é, justamente, oferecer alternativas, criações em conjunto que envolvam o maior número de sujeitos envolvidos em um processo de construção cidadã a partir de temas

sensíveis à realidade escolar. As zonas periféricas, muitas vezes, ainda estão em estágio de construção de sua identidade e cidadania. A escola muitas vezes é um local de resistência!

Acreditamos que o conteúdo Revolução Industrial tenha despertado interesse por parte dos estudantes e da professora, pois de alguma forma nos identificamos enquanto sujeitos que sofrem as mesmas angústias em relação à exploração trabalhista, fazendo quase que, automaticamente, relações com o contexto atual: a exploração do trabalho.

Diante desse cenário, é preciso conhecer melhor os anseios e quem são esses estudantes para que possamos traçar um parâmetro e futuramente a metodologia de pesquisa que melhor se adequar. A elaboração de um Questionário no primeiro momento foi crucial para algumas constatações que serão expostas a seguir.

Para responder tais perguntas, que foram elaboradas em forma de múltipla escolha e enumeração por ordem de prioridade, foi realizada a definição de alguns conceitos em conjunto com o professor, a fim de auxiliar os estudantes a compreender a ordem das perguntas, ou seja, aquilo que lhes é perguntado. O professor enquanto mediador do conhecimento formal dentro da sala de aula deve estar atento à elaboração do enunciado das questões, pois precisam dizer/anunciar o que pretende de maneira clara para que facilite a compreensão dos alunos.

Como é sabido, a EJA no Rio Grande do Sul é organizada em um curso semestral, onde a cada 6 meses os estudantes concluem uma série. Porém, devemos compreender a EJA como uma modalidade onde o número de evasão é maior, devido a diversos fatores que vão desde ordem econômica até questões pessoais.

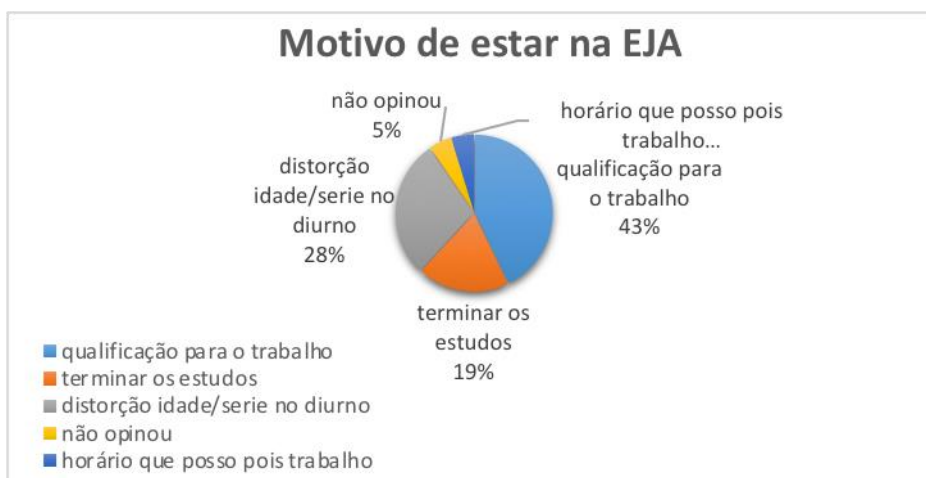
Conhecendo os Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa empreendida teve o caráter de um Estudo Historiográfico, as narrativas dos estudantes foram fontes analisadas através do tempo histórico onde os mesmos fizeram uma relação entre acontecimentos do passado e do presente acerca do tema. Nesse sentido, coube ao professor fazer a mediação dessas narrativas com o conhecimento científico através de análise bibliográfica.

Para melhor conhecer os sujeitos da pesquisa foi utilizado como coleta de dados um pequeno questionário, a fim de organizar algumas informações que foram cruciais para as narrativas que são exploradas ao longo do texto. Foram feitas perguntas objetivas de múltipla escolha onde os estudantes responderam em sala de aula.

A faixa etária dos estudantes varia de 15 a 50 anos de idade, sendo que, através da prática docente percebemos que embora haja uma grande distorção idade e série entre os mesmos, há uma interatividade e um processo de ajuda mútua; fato extremamente positivo, visto que cada um aprende a seu tempo. Além disso, devemos levar em consideração que a Educação de Jovens e Adultos tem suas especificidades, uma vez que os estudantes dessa modalidade não concluíram seus estudos no Ensino regular devido a questões que geralmente envolvem algum relato de vulnerabilidade social.

Foram entrevistados 22 estudantes no segundo semestre da Educação de Jovens e Adultos do ano de 2019, e segundo os questionários, frequentam a 7ª série 09 pessoas do sexo masculino e 13 pessoas do sexo feminino. Os resultados foram elencados de acordo com a ordem com das perguntas contidas no questionário. A primeira pergunta que foi feita aos estudantes de ambos os sexos foi: Qual o principal motivo fez você estar na EJA? Foram dadas cinco alternativas de múltipla escolha.



Gráfico

Fonte: Elaborado por uma das autoras.

Através do gráfico podemos concluir que a maioria das respostas, ou seja, 43% aponta que os estudantes vislumbram a conclusão dos estudos como uma “qualificação” para o trabalho. Lembrando que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Artigo 37, destina a EJA a todos jovens e adultos que não tiveram acesso aos estudos na idade própria, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, justamente para atender às especificidades desse público.

A partir dessas análises é possível conhecer os estudantes nas suas principais especificidades e entender a relação dos mesmos com o trabalho, bem como as dificuldades, angustias, desafios e sonhos que os levam a continuar na escola ou até mesmo desistir. A EJA requer um olhar que vai além do pedagógico, é importante considerar também a questão social nesse espaço de ensino e de aprendizagem.

Além disso, percebemos que 54% das estudantes do sexo feminino têm filhos, enquanto apenas 11% dos estudantes do sexo masculino os têm. Ou seja, predominantemente, as mulheres possuem filhos que, inclusive, levam as

crianças para a escola em alguns momentos para poderem continuar seus estudos, fato que não acontece com os estudantes do sexo masculino.

Com certeza, “o peso da maternidade” é uma questão histórica, sendo que, a francesa Simone de Beauvoir já abordava o assunto em sua obra prima, intitulada o Segundo Sexo (2016). Segundo Beauvoir, a maternidade é vista como uma vocação “natural” da mulher. No entanto, essa vocação biológica há mais ou menos um século é controlada pela vontade, muitas vezes, desconsiderada pela sociedade.

Dos estudantes que estão trabalhando de ambos os sexos, mais de 70% estão na informalidade, ou seja, sem carteira assinada. Tal realidade é comprovada de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de uma pesquisa do dia 27 de setembro de 2019 aponta que os trabalhadores que entraram no mercado de trabalho são em vagas de emprego informal. Muitos autores, entre eles Ricardo Antunes, já analisavam a questão da precarização do trabalho:

Há, então, um movimento pendular que caracteriza a classe trabalhadora: por um lado, cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. No entanto, como não podem eliminar completamente o trabalho vivo, os capitais conseguem reduzi-los em várias áreas e ampliá-lo em outras, como se vê pela crescente apropriação da dimensão cognitiva do trabalho. No outro lado do pêndulo, cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente apropriação da dimensão cognitiva do trabalho (2011, p. 103).

Segundo Hobsbawn (2008, p. 15-16), a história do operariado é política e grande parte dela por muito tempo foi feita fora das Universidades. No entanto, o tema despertou interesse acadêmico sistemático nas décadas de 1830 e 1840. Ainda analisando Hobsbawn, a maioria dos historiadores da classe operária originou-se dentro ou próximo dos movimentos operários,

inicialmente ambos não tinham uma formação acadêmica. O próprio Thompson produziu, enquanto era professor da educação de adultos do movimento operário um trabalho universitário de peso, intitulado A Formação da Classe Operária Inglesa, tendo se tornado professor universitário após sua publicação.

Tais definições legitimam as narrativas dos estudantes juntamente com suas experiências de vida. A estruturação das aulas foi de extrema importância para a organização do processo de construção dessas narrativas, sendo as aulas foram embasadas em alguns pontos:

- Os alunos responderam um questionário;
- Conversa informal sobre o conteúdo;
- Sessão de Cinema com os filmes As Sufragistas e Tempos Modernos;
- Debate e comentários do filme em sala de aula verbalmente na turma;
- Leitura e Interpretação de documentos históricos contidos no livro didático e também textos de reportagem retiradas da internet em forma de exercício;
- Leitura e interpretação escrita da música Fábrica da Legião Urbana;
- Escrita, ou seja, cada aluno elaborou seu conceito de trabalho na contemporaneidade.

A sistematização das aulas é pedagogicamente importante, pois o ensino exige pesquisa e também rigorosidade metódica (FREIRE, 2019, p. 28-29), o professor precisa aproximar cada vez mais o estudante dos objetos cognoscíveis. É nesse sentido que o ato de ensinar não se esgota somente na transferência de conteúdos, vai para além, a partir da problematização e insubmissão, reforçando a capacidade crítica de cada estudante. O fato de cada um organizar seu cotidiano para estar em sala de aula no horário estipulado é um movimento que não pode ser desconsiderado nesse contexto, a ausência e permanência desses estudantes na EJA é na maioria das vezes, fruto de um conjunto de inflexões ao longo da história.

Diante da realidade dos estudantes da EJA o ponto nevrálgico da discussão serão as relações de trabalho, principalmente do trabalho

assalariado e a sua precariedade bastante documentada ao longo dos tempos.

Podemos verificar na citação a seguir:

Entretanto, nem a teoria nem a prática econômica do início da Revolução Industrial repousavam no poder aquisitivo da população trabalhadora, cujos salários, como se acreditava em geral, não estariam muito distantes do nível de subsistência. Quando, por algum acaso, um segmento da classe trabalhadora ganhava o suficiente para gastar dinheiro com o mesmo tipo de bens usados pela “gente fina” (como ocorria de vez em quando, durante os surtos de prosperidade), a classe média deplorava ou ridicularizava essa arrogante falta do espírito de poupança (HOBSEBAWN, 2016, p. 64).

Assim, diante desse contexto foram analisados alguns conceitos de trabalho produzidos através da escrita dos estudantes. Todos os nomes foram fictícios, sendo a escolha dos mesmos feita pela autora da dissertação, justamente respeitando o anonimato dos estudantes. Acima de tudo, seus discursos são referências políticas, pois esses sujeitos de pesquisa, termo que muitas vezes parece “frio” (pois a relação em sala de aula requer também afetividade) têm legitimidade, são autores do cotidiano.

Os nomes fictícios usados não são na íntegra nomes de homens e mulheres contidos na bibliografia desse trabalho que dedicaram parte de sua vida à pesquisa, principalmente da classe trabalhadora. A relação entre sujeitos de pesquisa e referencial teórico é o espelho da realidade desses discursos.

Trabalho é quando nós exercemos uma determinada função em um ramo e recebemos dinheiro por isso (ERIC, 2019)

Trabalho é uma forma de sustento ou melhor de conquistar nossos bens (MICHELE, 2019).

Trabalho é uma coisa muito complicada de entender. Precisamos lidar nesse ambiente com funcionários assediados que aceitam calados tudo para não perder o emprego pois muitos precisam deles para sustentar suas famílias (SIMONE, 2019).

Trabalho é um lugar onde a família procura ficar para sustentar seus filhos , irmãos , mãe e pai e a si próprio (RICARDO, 2019).

Trabalho é um lugar onde cumprimos horários, metas e serviços. Tudo certo de acordo com a vontade do patrão, para poder receber (MARIA, 2019).

Trabalho é onde tiramos nosso sustento. É cumprir um horário certo e fazer tudo que o patrão mandar sem cara feia para no final do mês receber um salário (PIERRE, 2019).

Trabalho é uma forma de sustentar a família existem vários tipos de profissão, umas ganhamos mais outra ganhamos menos mas todas são importantes e com o salário que ganhamos compramos nossas coisas e sobrevivemos (JOANA, 2019).

Trabalho é um forma de sobreviver de ganhar a vida, um meio de ter uma renda para se sustentar e sustentar a família uma forma de adquirir as coisas de forma digna, uma forma digna de se viver em sociedade (REBECA, 2019).

Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Na maioria das falas o trabalho está relacionado ao sustento da casa e da família, à exploração e ao consumo. Concluimos que os conceitos forjados pelos estudantes vão ao encontro da lógica do capitalismo, deixando evidente algumas características como a exploração do trabalho assalariado, consumismo, desigualdades sociais e de oportunidades.

Os relatos dos estudantes apontam para atual conjuntura, o conceito de trabalho está atrelado diretamente ao capital e sua importância para sua sobrevivência e de sua prole. O consumo é visto como algo essencial pois para classe trabalhadora a ideia de consumo muitas vezes está ligada ao não

consumir. Tal ideia parece antagônica, mas os trabalhadores e estudantes dessa escola ainda lutam por estruturas primárias como casa própria, alimentos entre outras.

Há uma redução crescente do proletário industrial fabril, especializado, que perdurou durante muito tempo. Em contrapartida temos o crescimento dos terceirizados e subcontratados, deixando as relações de trabalho ainda mais precárias. Antunes já aponta tal situação, pois:

Há, por outro lado, um enorme incremento do novo proletariado fabril e de serviços, que se traduz pelo impressionante crescimento, em escala mundial, do que a vertente crítica tem denominado trabalho precarizado (a que, exatamente por esse traço de precarização, me referi em Adeus ao Trabalho? Como novo subproletariado). São os “terceirizados” subcontratados, part time, entre tantas outras formas assemelhadas, que proliferam em inúmeras partes do mundo (2009, p. 104-105).

Ainda segundo Antunes (2009, p. 105), esse tipo de trabalho terceirizado inicialmente era desempenhado por imigrantes, mas com a crise do capital e o crescimento do desemprego estrutural esse tipo de trabalho cresceu em vários países, tendo como consequência a expansão do trabalho precarizado.

Ouvimos muitas vezes sobre o aumento de postos de trabalho para as mulheres, porém, esse crescimento se dá através de vagas de emprego não regulamentado. Esse crescimento tem significado inverso no que tange à temática salarial (ANTUNES, 2009, p. 105), sendo seu percentual de remuneração bem menor do que o atribuído ao trabalho masculino.

O mesmo ocorre no que diz respeito aos direitos e às condições de trabalho. No Brasil, por exemplo, segundo dados do IBGE, do censo de 2019, o número de vagas de emprego cresceu para as mulheres, porém, na informalidade. Em tempos de crise do capitalismo há um aumento nesse tipo de relação de trabalho, conforme a citação abaixo:

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas

dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/ as imigrantes e negros/ as) (ANTUNES, 2009, p. 105).

Sabemos que o trabalho assalariado é importante para a emancipação feminina, no entanto, a questão do trabalho remunerado das mulheres ainda é tema de inúmeras discussões e contradições. Destarte, não podemos negar que o movimento feminista foi extremamente importante para essa agitação e uma onda de questionamentos. É sabido que as condições de trabalho são precárias, porém, a cada texto escrito há uma avalanche de dados que colocam em xeque o sistema capitalista e suas artimanhas de dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda analisando os dados produzidos pelos estudantes , foi feita uma pergunta no questionário trabalhado anteriormente, mas o resultado da questão foi incluído nesse momento, pois é pertinente para a discussão, qual seja: Qual a maior renda da sua casa, o sustento da tua família é garantido por uma pessoa do sexo masculino ou feminino?

Em números, 78% das famílias são mantidas pela renda do homem, sendo que esse fator já justifica a dominação masculina nas relações. É notável que tal disparidade acentua e legitima ainda mais a opressão feminina nos lares de alguma forma, pois dependem da renda do homem para realizar qualquer tipo de ação. Talvez, se a disparidade fosse menor ou inexistente teríamos outro cenário de sociedade.

Nas sociedades democráticas, apontar um caminho para essas questões torna-se um tanto quanto pretencioso, pois acabamos generalizando essas diferenças profundas que foram construídas ao longo dos tempos. Ainda necessitam de intenso debate e como as ideias acompanham a evolução da sociedade, cada vez fica mais contraditório elaborar um discurso unilateral. No

entanto, é a partir dessa demanda que são construídas as políticas públicas e os caminhos para a igualdade.

Caso não haja uma transformação político-econômica e cultural entre os indivíduos, acreditamos que não será possível eliminar tais desigualdades. Através dos conceitos elaborados pelos estudantes acerca do tema, percebemos que os mesmos aprendem História para a vida, ou seja, utilizam os conhecimentos adquiridos para o cotidiano que não são meras reproduções isoladas do conteúdo. Há entendimento que a História é escrita no tempo presente, porém, não desconsideram a importância da pesquisa historiográfica.

Oportunizar o protagonismo dos estudantes talvez seja um dos caminhos de fazer educação. Ademais, esperamos que a pesquisa seja fonte de estudo para pessoas interessadas em compreender o cotidiano escolar, bem como um Ensino de História problematizador e democrático que vise sempre a diversidade e a especificidade de cada ser humano. Os historiadores precisam junto com os estudantes vencer talvez o maior de todos os desafios: Ler e interpretar o mundo ao nosso redor e, quem sabe assim, propor a mudança tão esperada por todos seres humanos, que a História enquanto disciplina escolar continue abrindo possibilidades de interpretação para a vida.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BOURDIE, Pierre. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2018.
- CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educative. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- GAGO, Marília. Uso (s) e “utilidades” da narrativa histórica em sala de aula: um olhar de professores acerca da aprendizagem dos estudantes. In SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (org.). **Aprender História**: Perspectivas da Educação Histórica. Ijuí: Ed. Unijui, 2009.
- HOBSBAWN, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2000.
- HOBSBAWN, Eric J. **Os trabalhadores**: estudo sobre a história do operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HOBSBAWN, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOBSBAWN, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- KEITH, Jenkins. O que é história? In: **A História Repensada**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- RÜSEN, Jörn. As formas elementares da constituição histórica do sentido. In: **Teoria da História**: Uma teoria da história como ciência. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.
- RÜSEN, Jörn. Matriz disciplinar I: o sistema dos cinco fatores. In: **Teoria da História**: Uma teoria da história como ciência. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. 1989. Trad. Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila.
- SCOTT, Joan. **O enigma da igualdade**. Florianópolis: Estudos Feministas, 2005.